

Delimitação das áreas contém erros

LIANA JOHN

Além da pobreza de recursos do governo, para a criação efetiva de parques e a proteção contra incêndios, caçadores, contrandistas, madeireiros, garimpeiros ou grileiros, os parques nacionais sofrem também de outro mal: sua delimitação. Não só a delimitação física, mas a que é feita no papel.

Para existir uma lei que crie um parque, é preciso determinar os limites da área a ser protegida. Para tanto, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Re-

nováveis (Ibama) tem de mandar um técnico à área ou usar uma foto aérea para estabelecer um traçado lógico. Só que frequentemente, a decretação dos parques é decidida poucos dias antes das comemorações do Dia do Meio Ambiente ou qualquer data festiva semelhante. E o técnico nem sempre tem tempo para traçar bons limites.

Os resultados podem ser comprovados nos mapas do Brasil. O Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, em Mato Grosso, por exemplo, tem uma divisa que deixa do lado de fora importante sítio arqueológico, ainda pouco estudado. O traça-

do do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha exclui um recife de corais onde vivem raros seres marinhos.

Nanuza Menezes, botânica da Universidade de São Paulo, fez um levantamento florístico da região do Parque Nacional da Serra do Cipó, na Bahia, e constatou que ficaram fora dos limites diversas espécies raras. Para ela, além de um cuidado maior com os limites, seria importante existir um plano de manejo dos parques. Esse plano indicaria, entre outras coisas, que áreas deveriam ser totalmente fechadas e quais poderiam ser estudadas.